

Mercosul pelo avesso

Mauro Laviola

Diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (**AEB**)

Há necessidade de haver uma profunda revisão no modelo concebido para dar ao Mercosul a dimensão de uma verdadeira união aduaneira, sem o que jamais será viável alcançar o almejado mercado comum do Cone Sul.

O Protocolo de Ouro Preto, firmado em dezembro de 1994, estabelecendo o marco inicial para a plena integração do bloco, não levou em consideração as flagrantes assimetrias existentes entre os quatro países, o que viria tornar inviável a coordenação macroeconômica, condição imprescindível para o avanço do processo. Eram flagrantes os descompassos existentes nas esferas cambial, tarifária e fiscal, que provocavam relevantes diferenças de desempenho nas economias dos quatro países. Tais descompassos, caso não fossem atacados com realismo, inviabilizariam alcançar, de forma consistente, os objetivos traçados em Ouro Preto: consolidação da área de livre comércio com eliminação integral de tarifas aduaneira e de restrições não tarifárias, cronograma de médio prazo para consolidar uma tarifa externa comum, definir o território aduaneiro e harmonizar os respectivos códigos e estabelecer relações comerciais comuns com terceiros mercados. Tarefa de enormes proporções e responsabilidades atribuídas a cada país membro o que recomendava, minimamente, a adoção de compromissos supranacionais. Não obstante, os governos da época consideraram essa diretriz uma perigosa trilha para a “perda da soberania nacional”, optando por manter projeto de tal envergadura simplesmente pelo exercício da inter-governabilidade, mediante decisões tomadas por votos igualitários e consensuais, na presunção de que cada país teria o mesmo grau de responsabilidade e capacidade de honrar os compromissos assumidos.

A partir de 2001, o Mercosul passou a enfrentar sérias crises decorrentes de situações estruturais e conjunturais adversas em seus países membros, ocasionadas por contaminações externas e por flagrante diversidade na condução de suas respectivas políticas econômicas. Ademais, a supremacia das economias brasileira e argentina açodaram a rebeldia paraguaia e uruguaia aos compromissos igualitários, fazendo-os reivindicar uma série de flexibilizações e diluições nas normativas estabelecidas.

Emperrados no processo sistêmico de concluir a consolidação da união aduaneira, praticamente desintegrados nas negociações multilaterais da Rodada Doha da OMC, talvez frustrados pela inanição das negociações com a União Europeia e “inebriados” pela perspectiva de ingresso da Venezuela, os países membros deram início ao processo de politização do bloco como estratégia consensual de prover sua maior inserção no cenário internacional. Presentemente, as prioridades do Mercosul estão centradas em negociações Sul-Sul, maior enlace com outros movimentos latino-americanos, tais como, Alcsa/Alba/Unasul/Grupo do Rio, além de prestigiar mais um penduricalho desnecessário como o Parlasul, cujo poder legislativo sub-regional torna-se inócuo em face do regime de inter-governabilidade vigente.

Os defensores do “status quo” do Mercosul, com base no forte incremento havido no comércio intra-bloco e do argumento de que o abandono momentâneo da “união aduaneira imperfeita” traria forte retração comercial por efeito da virtual eliminação das preferências tarifárias, carece de maior fundamento em face das inúmeras perfurações na TEC perpetradas pelos quatro países.

Imobilismo

Constata-se que os arautos do imobilismo estão satisfeitos tão somente com o desempenho do comércio interno e externo do Mercosul e acreditam que o aprofundamento da integração far-se-á, simplesmente, pela via dos entendimentos políticos. Talvez não acompanhem a paulatina ofensiva chinesa na América Latina, via investimentos no Uruguai e pelos acordos tarifários recém firmados com Chile e Peru os quais, além de reduzir ou eliminar as vantagens tarifárias do Mercosul contidas nos ACE’s 35 e 58 visam, na contra-mão, criar um mercado ampliado no bloco para as “joint ventures” que estão sendo realizados naqueles países.

Em suma, é frustrante constatar que, em todos os foros de discussão sobre o Mercosul, sejam eles realizados no Brasil ou nos demais países, a tônica é sempre a mesma. Criam-se artifícios estatísticos, frases de efeito sobre lideranças e “vontades políticas” que nunca se tornam realidade, tudo para não reconhecer a evidência de que o modelo vigente exauriu-se. São apresentadas alternativas híbridas quando não paliativas todas, inclusive, calcadas por um alto grau de permissividade para que todos os sócios infringjam as regras estabelecidas.

Cabe, por fim, uma séria autocrítica. Não se tem conhecimento de qualquer estudo sério e consistente que possa fornecer alternativas viáveis às peculiaridades operacionais do sistema que, efetivamente, possam oferecer alternativas aos impasses do atual processo. Creio ser essa tarefa de inalienável responsabilidade do setor privado regional, afinal de contas o mais interessado em que o futuro do Mercosul não trilhe o definitivo caminho do brejo.

Fonte: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 21 maio 2009, Primeiro Caderno, p. A-15.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais